



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nilto Tatto - PT/SP

Apresentação: 23/03/2021 17:54 - CCTCI

REQ n.27/2021

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº DE 2021

**(Nilto Tatto,
Merlong Solano, Vander Loubet, Beto Faro, Léo de Brito, e Patrus
Ananias,)**

Requer realização de audiência pública para debater os processos de perseguições a produção científica de professores, pesquisadores e cientistas.

Sr. Presidente,

Requeiro nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts 255 e 256, a realização de reunião de Audiência Pública no âmbito desta Comissão Permanente para debater os processos de perseguições a produção científica de professores, pesquisadores e cientistas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Rede Irerê de Proteção à Ciência – Ricardo Neder - coordenador
- Associação Brasileira em Saúde Coletiva – Abrasco – Presidente Gulnar Azevedo e Silva
- Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional) - Presidente – Henrique Marques Ribeiro da Silva

Documento eletrônico assinado por Nilto Tatto (PT/SP), através do ponto SDR_56382, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 3 0 3 7 4 0 3 2 0 0 *

- Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) – Presidente Jacques de Novion
- Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea-Sindical) – Presidente José Celso Pereira Cardoso Júnior
- Ricardo Galvão – ex- Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe),

JUSTIFICAÇÃO

Relatório internacional mostra perseguição do governo Bolsonaro a professores e pesquisadores

Ataques e ameaças de violência contra pesquisadores relacionados ao tema que estudam, abertura de processos disciplinares contra professores que incomodam o comando de suas universidades, ameaças e cortes orçamentários a projetos não alinhados, discursos do presidente da República e ministros que deslegitimam a atividade acadêmica e até instigação de apoiadores a denunciar professores.

Essa é a situação de destruição da atividade acadêmica e de pesquisa que acontece no Brasil com o governo Bolsonaro, segundo relatório publicado na Alemanha, sobre a liberdade acadêmica de pesquisa e ensino no Brasil

O relatório foi elaborado por um grupo de pesquisadores brasileiros e publicado neste mês pelo instituto GPPI (Global Public Policy Institute), baseado em Berlim. A informação foi publicada pela DW Brasil.

Segundo o [relatório](#), a corrosão da liberdade acadêmica começou a acelerar na última campanha eleitoral, palco para o então candidato Jair Bolsonaro disseminar uma retórica agressiva contra as universidades, que segundo o hoje presidente seriam focos de “doutrinação esquerdista”.

Em setembro de 2018, no auge da campanha, Débora Diniz, antropóloga e professora de direito da Universidade de Brasília, se viu obrigada a deixar o país após meses sofrendo ataques por sua pesquisa e defesa da descriminalização do aborto. Nos meses seguintes à eleição, diversas instituições de ensino superior seguiram recebendo ameaças anônimas de

ataques, acompanhadas de mensagens de ódio a mulheres, negros ou homossexuais.

Em outubro de 2020 foi lançada a **Rede Irerê de Proteção à Ciência** que marca um novo momento de fortalecimento e defesa do conhecimento crítico.

Fruto de um processo de amadurecimento e discussão promovido por pesquisadores dos campos da saúde coletiva, ambiente e agroecologia, a Rede Irerê tem como objetivo desvelar e caracterizar a perseguição à ciência e cientistas cujo os trabalhos envolvem diagnósticos de nocividades, situação de saúde, desenvolvimento tecnológico, políticas públicas, entre outros aspectos, entendendo o fenômeno em sua amplitude, se propõem a tecer redes de apoio jurídico, social, afetivo e econômico nas situações necessárias.

Entidades e organizações como Abrasco, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (ABRASTT), Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras, ASFOC-SN, ONG Terra De Direitos, Rede de Médicas e Médicos Populares, MST, Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos, Movimento Ciência Cidadã.

No dia 13 de março a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional) manifesta novamente sua preocupação com a nova norma interna do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. A Portaria n. 151/2021, publicada no Diário Oficial da União no dia de hoje (12.3.2021) estabelece a censura à produção científica nacional.

A norma determina que, a partir de 1º de abril, a publicação de manuscritos, textos e compilados científicos produzidos no âmbito e para o ICMBio em periódicos, edições especializadas, anais de eventos e afins devem ser previamente submetida ao Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade, que autorizará ou não a sua publicação.

Além disso, delega à Divisão de Comunicação Social – DCOM a atribuição de adotar as providências para promover a divulgação para o público interno e externo do ICMBio, de acordo com sua avaliação quanto à pertinência e com o prévio conhecimento da Presidência do Instituto.

A situação de repete no Ipea: O **Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea-Sindical)** divulgou hoje uma Nota Pública Servidores e servidoras do Ipea foram surpreendidos nesta 6ª feira, dia 05 de março de 2021, com um Ofício Circular interno (01/2021) que busca

“disciplinar” a divulgação externa da produção técnica (composta basicamente por estudos e pesquisas aplicadas), por parte de seus pesquisadores e colaboradores. Diz o Ofício que *“estudos e pesquisas são direito patrimonial do Ipea, a quem cabe definir o momento e a forma de divulgação”*. Em anexo ao Ofício, foi encaminhado, por e-mail assinado pelo próprio Presidente do Ipea e dirigido individualmente a cada funcionário, o Manual de Conduta do Agente Público, para reforçar a mensagem de que a inobservância do acima mencionado poderia caracterizar *“descumprimento de dever ético e, eventualmente, até infração disciplinar”*.

Em razão do exposto, portanto, contamos com apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de março 2021.

Nilto Tatto

Deputado Federal PT/SP

Merlong Solano

Deputado Federal PT/PI

Vander Loubet

Deputado Federal PT/MS

Beto Faro

Deputado Federal PT/PA

Leo de Brito

Deputado Federal PT/AC

Patrus Ananias

Deputado Federal PT/MG





Requerimento **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Requer realização de audiência pública para debater os processos de perseguições a produção científica de professores, pesquisadores e cientistas.

Assinaram eletronicamente o documento CD213037403200, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 2 Dep. Merlong Solano (PT/PI)
- 3 Dep. Vander Loubet (PT/MS)
- 4 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 5 Dep. Leo de Brito (PT/AC)
- 6 Dep. Beto Faro (PT/PA)
- 7 Dep. Rui Falcão (PT/SP)